

Projeto Territórios Vivos

Agenda 2030: Não deixar ninguém para trás – Fase II

Desafios atuais

No Brasil, existem 28 segmentos de Povos e Comunidades Tradicionais (PCT) reconhecidos pela legislação, a exemplo dos povos indígenas, comunidades ribeirinhas, quilombolas e extrativistas. Apesar de seu papel fundamental e histórico na conservação da sociobiodiversidade, a contribuição dos PCT para o alcance de objetivos do desenvolvimento sustentável da Agenda 2030 não ganha centralidade do debate público, inclusive no que diz respeito à importância do papel de lideranças femininas no desenvolvimento local e na qualidade de vida dos PCT.

O reconhecimento e a regularização do território é um dos maiores desafios dos PCT. Alguns grupos têm territórios reconhecidos por lei, com status de proteção territorial e direito de participação na administração. Outros têm direito de acesso e uso das florestas e recursos naturais. Entretanto, um número muito maior e desconhecido de PCT não está cadastrado e/ou não tem nenhuma garantia em relação aos direitos coletivos de posse ou uso da terra. Muitos processos de regularização fundiária estão pendentes nos órgãos responsáveis.

A insuficiência de dados atualizados, confiáveis e diferenciados – abordando a ocupação dos territórios tradicionais, os aspectos culturais, a contribuição dos PCT para o desenvolvimento sustentável etc – é uma das razões para a dificuldade de atuação efetiva do Estado na promoção dos direitos de PCT. Esse cenário também torna os territórios tradicionais as áreas mais afetadas por violações de direitos ambientais, como desmatamento, incêndios, mineração ilegais, entre outros. Em razão disso, desde o ano de 2018, o Ministério Público Federal (MPF) – pela 6ª. Câmara de Coordenação e Revisão (6ª CCR), com o apoio tecnológico da Secretaria de Perícia, Pesquisa e Análise (SPPEA) – e o Conselho Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT) estão desenvolvendo uma ferramenta digital denominada “Plataforma de Territórios Tradicionais”, que deve ser consolidada, alimentada e usada pelos próprios PCT, cujas informações são disponibilizadas, em níveis adequados de acesso, ao MPF, órgãos públicos, organizações da sociedade civil, instituições acadêmicas e público em geral.

Nome oficial do projeto	Agenda 2030 - contribuição para a implementação do princípio “Não deixar ninguém para trás” - Fase II
Comissionado pelo	Ministério Federal da Cooperação Econômica e do Desenvolvimento (BMZ, sigla em alemão)
País e regiões	Brasil: estados pilotos Amazonas, Mato Grosso, Goiás, Mato Grosso do Sul
Agência executora	Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH—Alemanha
Instituição executora - Brasil	Ministério Público Federal (MPF)
Volume	4 milhões de euros
Duração	02/2024 – 01/2027

Objetivo

O Projeto tem como objetivo promover o uso da Plataforma de Territórios Tradicionais para a proteção dos direitos humanos e ambientais de povos e comunidades tradicionais nos seus territórios tradicionais.

Nossa abordagem

As atividades do projeto são executadas tanto em nível local como nacional. O projeto é implementado em Brasília, sede nacional do MPF, e em quatro regiões piloto: Amazonas, Mato Grosso, Goiás e Mato Grosso do Sul, definidas em conjunto pelo MPF/6ª. CCR e CNPCT. Em nível nacional, o MPF e CNPCT promovem o desenvolvimento tecnológico da Plataforma e desenvolvem suas capacidades para a gestão eficaz e o uso da plataforma como iniciativa multiatores. Em nível local, as organizações, lideranças e representantes de PCT são apoiados/as no uso da Plataforma e fortalecidas para articulação estratégica. A base de sua concepção e implementação é o princípio “Não deixar ninguém para trás” da Agenda 2030 e aplica uma abordagem sensível para promoção da igualdade entre homens e mulheres.



Campos de ação — atividades

- Desenvolvimento de tecnologia e de conteúdo da Plataforma georreferenciada: o projeto apoia o MPF no desenvolvimento de soluções tecnológicas para análise inteligente de dados pela Plataforma para subsidiar a ação de membros do MPF, de outros órgãos públicos e da sociedade civil. A iniciativa também inclui a elaboração de estudos, a partir dos dados da Plataforma, para orientar o trabalho do MPF em temas como reconhecimento da posse tradicional, licenciamento ambiental, entre outros.
- Promoção do uso da Plataforma pelos membros do MPF e em políticas públicas: o projeto presta assessoria no diálogo institucional para facilitar o estabelecimento de parcerias com órgãos governamentais, de forma que a Plataforma esteja vinculada a processos decisórios de políticas públicas estratégicas e integrada em sistemas e procedimentos governamentais. Além disso, o projeto organiza formação continuada e qualificação para os membros do MPF e do MPE em relação ao uso da Plataforma.
- Fortalecimento da governança da Plataforma e de redes de PCT para o uso da Plataforma: o projeto implementa ações para fortalecimento da gestão participativa da plataforma, por meio de melhorias nos processos de decisão e nos fluxos de inserção e validação de informações no sistema, garantindo a qualidade e credibilidade da Plataforma junto às comunidades e instituições públicas. Nessa frente de trabalho, o projeto realiza e apoia diálogos temáticos de redes dos PCT e do Conselho Gestor da Plataforma sobre uso da Plataforma para temas específicos como meio ambiente, segurança, gênero, dentre outros, fortalecendo a Plataforma como espaço dinâmico de intercâmbio.
- Multiplicação de conhecimentos e comunicação sobre a plataforma: apoio com a estratégia de comunicação, com abordagens para sustentabilidade e para gestão de conhecimentos da plataforma. Nesse campo de atuação, o projeto atua pelo fortalecimento do coletivo de juventude de povos e comunidades tradicionais por meio de assessoria técnica e formação continuada grupo, para que a juventude PCT atue de forma estratégica em advocacy para promoção da plataforma em políticas públicas e junto às comunidades. O projeto também promove o desenvolvimento organizacional de Redes PCT para que atuem como organizações multiplicadora da Plataforma no nível nacional, assim como desenvolve metodologias para a orientar a efetivação de cadastros nos territórios.

- Promoção do uso da Plataforma na proteção dos direitos ambientais e humanos nos estados piloto: as associações de povos e comunidades tradicionais nas regiões pilotos são apoiadas para melhorar a articulação dos seus interesses usando de forma estratégica a plataforma. Esse uso conduz a uma consolidação das organizações e à promoção de sinergias entre os vários segmentos de PCT, assim como a capacidade de articulação com órgãos públicos locais para reivindicação de direitos. São formalizadas parcerias com órgãos públicos, organizações da sociedade civil e da academia nos estados, para inclusão da plataforma em processos de decisórios e em ações efetivas de políticas públicas locais.

Resultados alcançados

Com o apoio do projeto, foram realizadas atualizações e correções técnicas na Plataforma, para melhorias em termos de usabilidade e segurança da informação. Foram instalados seis servidores para o processamento e armazenamento de dados, que permitem um funcionamento ágil do sistema da Plataforma. Pela primeira vez, o departamento de Tecnologia da Informação (TI) do MPF integrou e disponibilizou publicamente dados do IBAMA e do ICMBio sobre territórios tradicionais. Atualmente foram cadastrados 411 territórios, sendo 291 validados e incluídos na Plataforma.

O projeto também apoiou a formação de uma rede de multiplicadores/as da Plataforma, por meio de uma formação com 26 lideranças de 15 segmentos de PCTs. Essa rede realizou formações para efetivação de cadastro que alcançaram mais de 1700 PCT. Dentre as ações de multiplicação está duas oficinas regionais com 124 mulheres representantes de PCT, em que foram feitos 8 cadastros. Nos três estados pilotos, o projeto organizou 6 oficinas sobre o uso e a disseminação da Plataforma. Com o apoio do projeto, 30 membros do MPF foram capacitados e 420 foram sensibilizados sobre a aplicação da Plataforma no seu trabalho.

O projeto promoveu cinco encontros nacionais de PCT, dois encontros presenciais do Conselho Gestor e uma reunião do Comitê Técnico da Plataforma. Foram produzidos vídeos, notícias, e materiais de apoio para multiplicação e divulgação da Plataforma. Foram estabelecidas parcerias institucionais estratégicas com o governo (ICMBIO) e com organizações e universidades, como a Universidade de Brasília (UnB), Universidade Federal de Goiás (UFG) e Universidade Estadual do Mato Grosso (UNEMAT) e o Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN). A Rede de Povos e Comunidades Tradicionais foi fortalecida com o apoio do projeto por meio de uma parceria com o Centro de Agricultura Alternativa (CAA/NM).

Editor	Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH Sede da GIZ: Bonn e Eschborn	Parceiros	Ministério Público Federal (MPF)	
	GIZ Agência Brasília SCN Quadra 01 Bloco C Sala 903 Ed. Brasília Trade Center 70711-902 Brasília/DF – Brasil T +55 61 2101-2170 giz-brasilien@giz.de www.giz.de/brasil	Por encargo do	Ministério Federal da Cooperação Econômica e do Desenvolvimento (BMZ) da Alemanha	
		Endereços	BMZ Bonn Dahlmannstraße 4 53113 Bonn, Deutschland T +49 (0)228 99 535-0 F +49 (0)228 99 535-3500	BMZ Berlin Stresemannstraße 94 10963 Berlin, Deutschland T +49 (0)30 18 535-0 F +49 (0)3018 53501
Responsável	Friederike Brinkmeier		poststelle@bmz.bund.de	www.bmz.de
Data	Outubro de 2024			